

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.897 - SP (2018/0329761-3)

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : ALVARO ANTONIO MANCHINI  
**RECORRENTE** : GERMANO SOLER DOS SANTOS  
**RECORRENTE** : WILSON DOS SANTOS  
**RECORRENTE** : MARCO ANTONIO SILVA GONCALVES  
**RECORRENTE** : GERALDO SIMOES  
**RECORRENTE** : JOAO BATISTA DE SOUZA  
**RECORRENTE** : DANILO RISI  
**RECORRENTE** : FELIPE NERY NETO  
**RECORRENTE** : JOAO CAMARGO DA GUIA  
**RECORRENTE** : HELIO DE PAIVA REIS  
**ADVOGADOS** : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720  
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006  
FERNANDA DE BARROS VILLAS BOAS - SP191418  
RENAN BRAGHIN - SP332902  
**RECORRIDO** : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
**PROCURADORES** : MARIA HELENA MARTONE GRAZZIOLI - SP089232  
MARCELO AUGUSTO FABRI DE CARVALHO E OUTRO(S) - SP142911  
**INTERES.** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Álvaro Antônio Manchini e outros, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 258):

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA** – Pretensão ao recebimento de valores, relativos ao ALE, no período imprescrito, vantagem esta incorporada por força de ação mandamental – Conquanto diverso, hoje, o entendimento da E. Câmara acerca da matéria, e mais, embora não se possa falar na existência de coisa julgada em condições de vincular a decisão, no presente caso, é certo que não se afigura razoável pudesse prevalecer, quanto a período anterior àquele em que o órgão colegiado, em outros tempos, reconheceu o direito à incorporação do ALE, orientação atual – Recurso parcialmente provido.

Em suas razões, os recorrentes apontam os seguintes fundamentos: i) violação dos arts. 219 do Código de Processo Civil/1973, atual art. 240 do CPC/2015, e 202 e 405 do Código Civil/2002, ao argumento de que a citação inicial a ser considerada para fins de incidência de juros de mora é a ocorrida no *writ* coletivo, e não no presente processo; ii) dissídio jurisprudencial a respeito do art. 240 do CPC/2015 (antigo art. 219, *caput* e § 1º, do CPC/1973), pois o termo inicial para a fixação dos juros de mora seria o processo em que se

# Superior Tribunal de Justiça

reconheceu o direito, conforme dito anteriormente.

Com contrarrazões.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

Compulsando-se os autos, a respeito dos arts. 240 do CPC/2015 e 202 do Código Civil/2002 (e a tese a eles vinculada), verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, de forma que o exame da pretensão caracterizada indevida supressão de instância, esbarrando no óbice contido na Súmula 282/STF.

Noutro passo, os recorrentes, ao assentarem a tese de que a citação inicial a ser considerada para fins de incidência de juros de mora é a ocorrida no *writ* coletivo, e não no presente processo, omitiram-se em impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual a regra do art. 405 do Código Civil tem em conta a data da citação em que se acolheu a pretensão deduzida pela parte.

Com o fito de melhor esclarecer a questão, destaque-se o seguinte excerto do aresto, sem prejuízo dos demais (e-STJ, fl. 264):

Os autores não buscam o reconhecimento do direito à incorporação do ALE, tampouco a concessão da ordem para pagamento (questões resolvidas no noticiado *mandamus*), cobrando da Administração Pública, isto sim, as parcelas atrasadas, relativas ao período imprescrito. Esta a pretensão, pelo que não faria o menor sentido dizer que incidiriam sobre esses valores, dos quais não se ocupou a sentença mandamental, juros desde o ajuizamento do *writ*.

Tem-se a incidência, por analogia, do teor da Súmula 283/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles).

Por derradeiro, com relação novamente ao dissídio, além da impossibilidade de conhecimento pelo fundamento citado no primeiro parágrafo, segundo entendimento desta Corte, a inadmissão do recurso especial interposto com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em virtude da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator